

Brasília não vota, mas toma as decisões

E aqui, afinal, onde estão sendo definidas as regras do jogo eleitoral

Mangabeiras, o maior complexo turístico do Centro-Sul



Na área do parque, um contato direto com a natureza

No próximo mês, Belo Horizonte ganha o maior com plexo turístico da região centro-sul. O Parque das Mangabeiras, que o Prefeito Maurício Campos vai entregar ao povo logo nos primeiros dias de maio, é a mais importante obra de lazer que se constrói na cidade desde a inauguração da Pampulha, idealizada e implantada por Juscelino Kubitschek.

O complexo turístico das Mangabeiras ocupa uma área superior a 2 milhões e 700 mil metros quadrados, localizada ao pé da Serra do Curral, na zona sul da cidade. Dentro deste limite situa-se uma das mais importantes reservas florestais da Região Metropolitana de Belo Horizonte, que vinha sofrendo um processo de destruição.

Com a construção do parque, esta mata, resquício de uma floresta tropical, terá a sua preservação garantida já que será transformada em reserva biológica, destinando-se assim a estudos e pesquisas, sem acesso popular.

A construção do Parque das Mangabeiras era uma idéia antiga na cidade. Os planos para a sua efetivação passaram por várias administrações. Mas foi o Prefeito Maurício Campos quem decidiu levar o projeto adiante, procurando viabilizar mais do que um sonho, mas a necessidade da cidade.

Para concretizá-la, a Prefeitura contratou o paisagista Búrle Marx autor também do projeto paisagístico da Pampulha. Depois de várias visitas ao local reservado ao parque, Búrle Marx elaborou um projeto considerado perfeito por todos.

Nele há a preocupação de

se preservar toda a natureza, utilizando apenas a área não matada, formada por vegetação de campo, para as construções. Na área de mata existirão apenas pequenas clareiras, que são naturais, onde haverá espaços para piquenique.

Praticamente todos os equipamentos de lazer já es-

tão construídos. Espalhadas pelo parque, em locais estrategicamente localizados, visando um melhor aproveitamento do espaço, estão diversas praças de esportes, com campos para a prática de vários jogos. As praças darão aos futuros frequentadores todo o conforto, inclusive vestiários.

O Mangabeiras terá ainda bares, lanchonetes e todos os outros equipamentos de apoio. A exploração destes equipamentos já está em concorrência e quando a nova área de lazer for aberta ao povo, já estarão em funcionamento.

Além das praças de esportes, os 100 frequentado-

res do parque, estimativa de público para os fins de semana, terão várias outras opções de lazer, estando prevista a construção de um teleférico, que atingirá a Serra do Curral que, além de facilitar o acesso à área das Mangabeiras, se constituirá numa importante atração turística para a cidade.

Em seu 22º aniversário, Brasília constituiu-se, mais do que nunca, no centro das atenções políticas do País. Desde o início do ano, definem-se aqui todas as regras que valerão para as eleições gerais de novembro, quando serão escolhidos os novos vereadores, prefeitos e vice-prefeitos, deputados estaduais e federais, senadores e, pela primeira vez desde 1966, a escolha dos governadores e vice-governadores caberá ao povo.

O pleito deste ano será, sem dúvida alguma, o mais importante após a Revolução de 1964, não só porque significa o coroamento de um processo de abertura democrática, mas sobretudo por representar o primeiro teste popular do novo quadro pluripartidário implantado no País a partir de 1979.

Não seria demais afirmar que as eleições de novembro se constituirão no principal fato histórico a marcar o ano de 1982. E Brasília, dentro deste contexto, representaria o laboratório onde foram criadas as fórmulas para viabilizar a própria realização do pleito.

Este laboratório político possui dois endereços, ambos situados na Praça dos Três Poderes: o primeiro é o quarto andar do Palácio do Planalto, de onde saíram os projetos que viriam a transformar-se nos principais passos de abertura democrática; o segundo é o Congresso Nacional, responsável não apenas pela aprovação destas propostas, mas também pelos debates reivindicatórios que estimularam ou, pelo menos, apressaram a sua adoção.

Medidas como a revogação dos atos institucionais, a concessão da anistia política e a reforma partidária construíram as bases sobre as quais serão realizadas as próximas eleições, passo fundamental para o restabelecimento do regime democrático do País.

A importância política que se atribui ao pleito de novembro é facilmente justificável, e baseia-se em três pontos principais: antes de tudo, e pela primeira vez em vários anos, há a perspectiva clara de inversão do atual equilíbrio de poder no País; em segundo lugar, trata-se de eleições coincidentes, incluindo a escolha dos governadores pelo voto popular depois de 16 anos de indicações indiretas; e, finalmente, aponta-se como fundamental para a própria

consagração do projeto de abertura a forma pela qual forem acatados os resultados das urnas, sobretudo se vierem a favorecer as Oposições.

Uma das características peculiares às eleições deste ano é a polarização política em torno de cinco partidos, cada um deles com mensagens diversas, ainda que não ideologicamente estruturadas.

É bem verdade que o quadro partidário do País está longe do desejável, principalmente se consideradas as bases em que foram organizadas as atuais agremiações políticas. Enquanto o PDS já foi definido pelo então chefe do Gabinete Civil, general Golbery do Couto e Silva, como um "saco de gatos", depois de incorporar o PP, o PMDB readquiriu as características de frente oposicionista do antigo MDB, através da união de políticos frontalmente divergentes em termos doutrinários.

Dos três pequenos partidos, todos com mensagens trabalhistas, o mínimo que se poderia dizer é que pelo menos um deles é dispensável. O PTB e o PDT, na verdade, seriam hoje uma só legenda se não fosse a disputa personalista que envolveu o ex-governador Leonel Brizola e a ex-deputada Ivete Vargas.

Já o PT tem sido apontado por líderes do próprio Governo, como o presidente do Congresso, senador Jarbas Passarinho, como o único partido ideologicamente definido do País.

Outra vantagem com que conta a legenda governista para as próximas eleições é a perda de importantes bandeiras por parte das Oposições. Os atos de exceção, as dezenas de exilados, os governadores bioônicos, entre outros, foram trunfos que o Governo conseguiu tirar das oposicionistas e jogar nas mãos de seus candidatos.

Embora os oposicionistas costumem acusar o Governo de haver patrocinado a reforma partidária, com o único objetivo de dividir os votos obtidos pelo MDB nas duas últimas eleições, como consequência direta do novo quadro é possível vislumbrar pelo menos um procedimento solutar à democracia, a ser intensificado a partir de 83; a reativação da velha prática da negociação interpartidária.

Principalmente se for derrotado no próximo pleito, restando a atual maioria na Câmara Federal - co-

mo, aliás, já prevêem alguns de seus líderes -, o Governo será forçado a composições com outras legendas, permanente ou episodicamente, o que representa um hábito comum nas melhores democracias ocidentais.

Essa prática poderia estender-se à própria eleição presidencial de 1984, para a qual o embate de novembro tem importância capital. Afinal, é da composição do colégio eleitoral, a partir do próximo Congresso e das Assembleias Legislativas estaduais, que dependerão os resultados da sucessão do presidente Figueiredo. E é justamente este dado que faz do pleito de 82 importante dos últimos dez anos.

Dispondo de boletins diários sobre o quadro eleitoral em cada Estado, o Governo começa a precaver-se diante da hipótese de perder sua maioria parlamentar. Pelo menos duas medidas neste sentido já são conhecidas: a revisão constitucional pelo atual Congresso, dificultando-se futuras alterações através do restabelecimento do quorum de 2/3 para a aprovação de novas emendas; e a realização de uma reforma tributária visando à redução do poder estadual.

Já as medidas de natureza eleitoral, como a vinculação total e a extinção do voto só na legenda, não podem ser relacionadas entre as precauções governistas. Ainda que a intenção ao propô-las tenha sido a de beneficiar o seu partido, como acusam os oposicionistas, na verdade o Governo instituiu verdadeiras favas de dois gumes, que o favorecem em determinados estados, o prejudicam em outros.

Ainda neste primeiro semestre, contudo, deverá partir do Palácio do Planalto uma última proposta eleitoral que interessa especialmente às Oposições: a nova lei da propaganda eleitoral.

A revogação da Lei-Falção foi um compromisso formalmente assumido pelo presidente Figueiredo, na mensagem que acompanhou a remessa ao Congresso da emenda restaurando as eleições diretas para os governos estaduais. O próprio PDS já encaminhou ao Governo um anteprojeto neste sentido, embora o Ministro da Justiça, Ibrahim Abi-Ackel, encarregado de elaborar a proposta oficial, venha evitando sistematicamente abordar o assunto.

A discrição como um novo estilo

Desde agosto a discrição é uma norma de trabalho dentro do Palácio do Planalto. As informações somente são liberadas depois do fato consumado. Antes disso são segredos guardados sob sete chaves. Segredos de Estado mesmo, que não podem transpirar. E não flutuam mais pela Praça dos Três Poderes balões de ensaio.

Essa é a principal característica do novo estilo instalado no Palácio do Planalto desde que o ministro Leitão de Abreu voltou ao Gabinete Civil. E isso refletiu diretamente no relacionamento entre os jornalistas e a Secretaria de Imprensa e Divulgação.

Vinculada ao Gabinete Civil a SID abedece a esse estilo, e o porta-voz Carlos Atila, seu chefe, tem seguido a orientação que partiu do quarto andar. Somente o fato consumado, a medida definida, a posição tomada são anunciados, e de maneira oficial. São adotadas medidas cautelosas para evitar que qualquer tipo de informação possa vazár.

E tão cautelosas são as medidas que alguns assessores chegam a exagerar no zelo, prejudicando inclusive Carlos Atila (a liberação dos produtos taxados como supérfluos foi feita pelo Ministério da Fazenda com um dia de antecedência, quando havia uma combinação prévia de somente se divulgar quando o decreto fosse remetido para publicação no Diário Oficial).

Se discrição é uma exigência seguida pelos assessores do Palácio do Planalto, o mesmo não ocorre pela Esplanada dos Ministérios, criando embaraços pa-

ra os 93 repórteres setoristas da Presidência da República e o próprio porta-voz, que muitas vezes é surpreendido com a publicação de coisas como a lista de supérfluos.

Há pouco mais de duas semanas um parlamentar de origem peemedebista, que conversou durante 80 minutos com o porta-voz, ficou impressionado com a agilidade mental de Carlos Atila, principalmente a maneira com que consegue se aprofundar em temas políticos, tornando simples a compreensão das questões levantadas.

E o deputado, agora no PDS, estranhou o fato do assessor presidencial não ocupar espaços, esclarecendo, quando necessários, assuntos delicados a nível governamental que atingem setores políticos, sociais e econômicos. Na sua opinião, Atila diria mais que dezenas de notas, e pouparia inclusive o Presidente da República de frequentes aparições em cadeias de rádio e televisão.

Diplomata de carreira (seu último posto foi na embaixada brasileira em Paris), Carlos Atila já teve uma experiência anterior no campo da comunicação social como integrante da antiga Assessoria de Imprensa e Relações Públicas durante o governo Ernesto Geisel.

O então porta-voz Rubem Carlos Ludwig tinha como principais adjuntos Marco Antônio Kraemer e Carlos Atila. Enquanto Kraemer ficava na parte de apoio jornalístico, Atila atuava no setor de relações públicas. Fazia um trabalho discreto, e dava seu toque nas campanhas promocionais das datas cívicas.

Quando terminou o governo Geisel, já com Figueiredo, entrou Saíd Farhat no Palácio do Planalto, montando a superestrutura da Secretaria de Comunicação Social até hoje se discute sua viabilidade ou não) que desmoronou em dezembro de 1980.

Carlos Atila estava de volta ao Brasil e chefiava o Gabinete do Ministério da Educação e Cultura quando foi convidado para ser o porta-voz do Palácio do Planalto. A experiência anterior favorecia seu desempenho, principalmente o bom relacionamento que sempre teve com os jornalistas credenciados.

E até agosto do ano passado o porta-voz do Palácio do Planalto não deixou sem resposta qualquer pergunta dos jornalistas durante o briefing diário. Sempre aproveitava de alguma maneira a pergunta feita para defender o Governo.

Podia ser para justificar o aumento do preço da gasolina ou um controverso projeto de lei remetido ao Congresso Nacional. Até mesmo atuava como bombeiro em situações políticas em que as labaredas podiam ser facilmente detectadas.

Mas hoje não há mais o briefing (ficando difícil, muito difícil mesmo o trabalho dos jornalistas), e por isso o porta-voz não ocupa o espaço desejado pelo antigo oposicionista e agora peedebista. Afinal, era normal ocorrer casos em que um repórter fazia a pergunta e Atila entrava com fôlego no assunto. Depois, entre os colegas, o jornalista desabafava:

- Levantei a bola sem querer e o Atila chutou em gol...